

## FORO MUNDIAL SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

*Reforma agrária e o aceso ao recursos naturais  
Uma demanda das pessoas*

Valência, Espanha, 8 de Dezembro de 2004

Desde o dia 5 até o dia 8 de Dezembro do ano 2004, nós, representantes de mais do 200 organizações dos campestinos, das mulheres trabalhadoras, dos povos indígenas e das organizações dos direitos humanos, das organizações não governamentais e das instituições públicas e académicas dos 70 países e dos 5 continentes, estivemos reunidos neste Foro Mundial sobre a Reforma Agrária celebrado em Valência, Espanha.

Depois de três dias de compartilhar ideias e debater, nós manifestamos que as comunidades rurais e as zonas naturais estão a ser destruídas em todo o mundo e que a contínua crise agrária tem graves efectos sob toda a humanidade.

Depois de identificar as raízes históricas e contemporâneas da crise, nós temos elaborado as estratégias para a reforma agrária baseadas nas lutas das pessoas e nos principios de direitos humanos e na soberanía alimentaria.

Ainda que a reforma agrária fiz um papel principal e importante nas agêndas das organizações internacionais e no desenvolvimento da política de muitos países durante grande parte do século XXI, o seu perfil e os seus logros minimizaram nas duas últimas décadas a pesar das tensões que apareceram procedentes da pobreza, do fome e dos conflictos pela terra e dos recursos naturais.

Hoje as pessoas do todo o mundo estão confrontadas com dois modelos da agricultura, desenvolvimento rural e a produção de alimentos. O dominante é o modelo agro-exportador baseado numa lógica neo-liberal e o livre comércio, a privatização e a transformação da terra, a água, os bosques, os peixes, as folhas, o conhecimento e a vida. Isto é guiado pelo objetivo dos benefícios corporativos e a intensificação da produção pela exportação, e isto é responsável da crescente concentração das terras, os recursos e as cadeias da produção e distribuição dos alimentos e outros produtos agrícolas nas mãos dum quantos corporações. O preço dos alimentos e outros productos agrícolas estão constantemente a cair a causa de os vertidos do lixo (dumping) e outros factores- como são os salarios dos agricultores e os trabalhadores. Os preços para o consumidor, também estão a incrementar. Este modelo é um químico-

intensivo e está a causar um perigo e danos incalculáveis no meio ambiente e á saúde dos productores como dos trabalhadores e dos consumidores em geral.

O modelo baseado na agricultura campesina e familiar, na soberanía alimentar, por el contrario, prioriza a produção local para os mercados locais e nacionais, refeita os vertidos do lixo (dumping) e utiliza práticas de produção baseadas no conhecimento local. A experiência mostra que este modelo é potencialmente mais produtivo por unidade de superfície, mais compatible com o meio ambiente e mais capaz de proporcionar uma vida digna as famílias rurais, ao mesmo tempo que dá um apoio aos consumidores rurais e urbanos alimentos sanos, asequíveis produzidos localmente. Além disso, o modelo neo-liberal dominante agro exportador está a empurrar aos campesinos e a agricultura familiar até a extinsão.

Aoredor de três mil milhões de pessoas que moram nas zonas rurais, muitas das quais são afestadas violentamente das suas terras e cada vez estão mais alienadas do seu sustento da vida. A raça, a exclusão social, a cultura, a religião, o género e a classe económica têm sido e estão a ser hoje factores muito poderosos que determinam o que é quem tem acesso e controle sobre os recursos e quem queda sistemáticamente afastado deles.

A expropiação da terra e dos recursos naturais das povoações locais e a acumulação e concentração da riqueza nas mãos dos elites tradicionais e modernas têm sido um processo violento. As comunidades rurais, especialmente povos indígenas e grupos socialmente afastados estão a ser sometidos ás formas extremas da violência física e económica pela parte dos actores estatais e não estatais como as corporações privadas e os elites terratenientes. Esta violência tem aumentado até apanhar níveis perigosos que passam pela persecução política, represão, encarceramento, assassinatos, massacres e genocidios no caso de alguns povos indígenas. Alguns mega-projetos como as grandes bagagens, projetos da infraestructuras, industria da extração e o turismo têm desplazado aos povoações locais e têm destruído o tecido social e a base dos recursos dos quais a sua vida depende.

Tanto no Norte como no Sul, a destruição dos sistemas de produção agrícola, o desplazamento, as condições laborais deterioradas e a inmigración desesperada têm tido um impacto particularmente grave nas mulheres e nos jóvenes. Muitos jóvenes têm proibido trabalhar na terra. No caso das mulheres, a penuria creada pelo desenvolvimento do modelo neoliberal produz uma discriminación tradicional que impide que as mulheres tenham um acesso e controle sobre os recursos naturais.

O modelo de agro-exportação está sujeito nos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial e do FMI, e no régime do livre com r o imposto pela OMC. Ao mesmo tempo, o estado tem retrocedido na redistribui o da terra e tem renunciado da sua obriga o de oferecer serviços básicos como a sanidad, a educa o, a segurança social, a prote o para os trabalhadores, sistemas de alimenta o pública e apoio comercial para os pequenos produtores. A promo o da propriedade privada individual a través dos catrastos da terra e títulos alienáveis tem acelerado a comercializa o da terra. As políticas territoriais baseadas no mercado que impulsam o Banco Mundial e os donantes bilaterais têm conduzido num grande endeudamento entre os produtores a pequena escala e têm resultado na reconcentra o da terra nas mãos do elites internacionais e modernas.

A crise agraria creada pelo modelo de agro-exporta o bajo o neoliberalismo   muito desanimadora. Os movimentos dos campesinos, peixadores, os povos indígenas e os trabalhadores rurais estão cada vez mais vivos, melhor organizados e mais sofisticados que nunca e estão activamente implicados em op r resistencia ao modelo destructivo e dominante. No transcurso da história, os agricultores e os campesinos, peixadores, os trabalhadores rurais e os povos indígenas têm desenvolvido maneiras de produzir alimentos e de ter rela o com a natureza o que se basam no cuidado da terra, da água, das plantas, dos animais e da própria vida. A medida que o modelo do desenvolvimento dominante vai pouco a pouco aumentando a través do campo, os diferentes movimentos se preparam e se organizam, lutar e construir as alianzas que se necessitam para conseguir uma reforma agraria autêntica adaptada as necessidades de cada povo e pais.

Frente ao desastre que está a produzir o modelo dominante, dizemos que   necesario um modelo alternativo de soberanía alimentaria para os povos baseado nos direitos das mulheres e os h mens agricultores, trabalhadores rurais e os pesqueiros para que possam produzir os seus próprios territorios, incluida a terra e os recursos naturais. A soberanía alimentaria dos povos garante o direito de cada pessoa a alimentos, a preços asequ veis, sanos, seguros, apropriados pela cultura, nutritivos y producidos localmente e a viver em dignidade. Nós exigimos urgentemente aplica o eficaz do Artículo 25 da DUDH, dos Artículos 2 e 11 do Convenia Internacional dos Direitos Humanos Culturais, Econ micos e Sociais e dos Artículos 55 e 56 da Carta das Na es Unidas para que o direito dos alimentos se convierta numa realidade e para proteger e garantir o acesso aos recursos naturais.

Um reforma agrária de redistribui o guiada pelo estado representa uma chave esencial para o modelo da soberanía alimentaria para os povos e deve dotar-se dum papel primordial na ag nda do desenvolvimento pela parte dos movernos e da sociedade. Os

programas da reforma agrária actual devem garantizá-lhes aos povos agricultores e indígenas a igualdade das oportunidades para as mulheres e os homens, o acesso e controle sobre a terra, a água, as plantas, os bosques, os peixes e os meios de produção (financiamento e formação), distribuição e comercialização. Além disso, a reforma agrária deve garantir a segurança da tenência da terra, apoiar o uso da mesma para fins productivos e evitar a reconcentração territorial.

Fazemos uma chamada as onzas organizações, as onzas alianzas e a nossa sociedade para:

- 1.- Reconocer a terra como um recurso comum das pessoas.
- 2.- Trabalhar para sacar á OMC e outros acordos do comércio e inversão fora da alimentação e agricultura.
- 3.- Oposição tajante ás políticas do desenvolvimento da terra e do desenvolvimento rural do Banco Mundia.
- 4.- Refeitar e actuar urgentemente contra a violencia que está perpetrada contra os povos rurais para calhar a sua organização e a sua resistencia.
- 5.- Organizar-mos contra as continuas guerras e ocupações militares que lhes roubam aos povos a sua soberanía alimentaria e a sua autodeterminação.
- 6.- Oposição á privatização e a comercialização da vida a través das patentes e a ingenerçia genética.
- 7.- Defender activamente os procesos persistentes da reforma agrária efectiva, incluidos os asentamentos creados no todo o mundo mediante a ocupação da térrea outras formas de desobediencia civil activa que defiendem manter os recursos naturais nas mãos dos povos.
- 8.- Trabalhar para construir ejemplos exitosos da soberania alimentaria dos povos a nível local e nacional.

**Por um mundo sem fome:  
outra agricultura,  
Reforma Agrária agora!**